

Reflexões acerca do pensamento complexo e sua relação com o conhecimento da arquivologia

Valdir Jose Morigi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
valdir.morigi@ufrgs.br

Carlos Henrique Armani Nery
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
chenriquearmani@yahoo.com.br

Resumo: Este estudo tem por objetivo refletir acerca de um possível enlace entre o conhecimento arquivístico e o pensamento complexo. Considera a estrutura do conhecimento e as características da constante busca humana pela origem do saber. Identifica, com base nas ideias de Armando Malheiro da Silva, alguns pressupostos epistemológicos e paradigmas da Arquivologia. Discute, com base no paradigma na complexidade, o modo de organização do pensamento que embasa o sistema de saber a Arquivologia. Conclui que a necessidade da reflexão epistemológica da produção do conhecimento na Arquivologia coloca novas proposições e abre possibilidades de fugir de perspectivas redutoras que aprisionam os meios de inovação do conhecimento neste campo do estudo, o qual exige novos delineamentos para pensar a área, devendo, para tanto, considerar os preceitos do pensamento complexo.

Palavras-chave: arquivologia, conhecimento arquivístico, complexidade.

Abstract: This study aims to reflect about a possible link between the archival knowledge and complex thinking. Does the knowledge structure and the characteristics of the constant search for the origin of human knowledge. Identifies, based on the ideas of Malheiro Armando da Silva, some epistemological assumptions and paradigms of Archival. Discusses, based on the complexity paradigm, the mode of organization of thought that underlies the system to know Archivology. We conclude that the need for epistemological reflection of knowledge production in Archivology puts new propositions and opens possibilities for reducing prospects of escape that trap the means of knowledge innovation in this field of study, which requires new thinking designs for the area, and, to both, consider the precepts of complex thought.

Keywords: archivology, archival knowledge, complexity.

1 INTRODUÇÃO

Considerando-se a constante busca humana pelo saber, observa-se que, com o passar dos anos, no mundo, estudos em geral, como, por exemplo, os de cunho científico (em todas as áreas científicas), trouxeram diversas definições, entre as quais, muitas, ancoramos em nosso sistema de conhecimento como verdades absolutas. Essas investigações, as quais, frequentemente, primam por expulsar a incerteza das teorias e cultuar a racionalização e a ordem foram se desenvolvendo em partes divididas e sem elos significativos entre si, além de muito especializadas.

Nessa perspectiva, denomina-se paradigma simplificador o conjunto de ideias, teorias e pressupostos que tende à disjunção e à redução dos fenômenos para explicar uma realidade. Tal modo simplificador de abstrair traz consigo efeitos nocivos que impedem a humanidade de enxergar a sua identidade complexa. Dessa maneira, em contraposição ao paradigma redutor, que tende a estruturar seu sistema de conhecimento de modo seletivo, lógico e linear, eclodiu o pensamento complexo, o qual busca uma perspectiva mais abrangente, uma visão de mundo que, para além das partes, consegue perceber o todo nas relações entre o mundo, a sociedade e o homem.

2

Os preceitos do pensamento complexo remetem à indagação que fundamenta a ideia desta de pesquisa: a ótica da complexidade está presente na Arquivologia? De que forma? Atualmente, nota-se que esse campo do conhecimento tem se limitado ao âmbito técnico, ficando, muitas vezes, preso ao conceito de suporte e reduzindo a assimilação da informação a uma lógica de comunicação, onde basta haver um emissor, uma mensagem a ser transmitida e um receptor para haver a relação informação-conhecimento. Bem como, nesse sentido, parece que a Arquivologia é entendida apenas como uma prática, sem estar interligada à Ciência da Informação.

Dessa forma, no sentido de prospecção de novas ideias, percebe-se que a conjuntura atual da sociedade apresenta premência, por parte dos arquivistas, de abstrações descontextualizadas, subjetivas, que conduzam a novas perspectivas e à compreensão da Arquivologia por um viés complexo, complementar e multidimensional.

2 DA HISTÓRIA SOCIAL DO CONHECIMENTO AO PARADIGMA DA COMPLEXIDADE

Ao longo desse estudo abordaremos os seguintes aspectos da teoria da complexidade: a importância de analisar a arquitetura dos sistemas de conhecimento sob metapontos de vista; a percepção das diferentes conexões e de seus movimentos, que se constituem e se reconstituem para a formação dos conjuntos; os princípios, ou operadores, que podem auxiliar

na utilização da racionalidade de maneira que considere a identidade ecossistêmica humana para a constituição de uma visão de mundo complexa, em contraposição ao reducionismo; a necessidade de reconhecer a importância de aberturas na moldura dos sistemas de conhecimento e a compreensão da autobiodegradabilidade e da fluidez da essência do conhecimento e do meio em que ele se assenta.

Morin (2011) demonstra que há propensão humana em engendrar informações (separar, unir, hierarquizar e centralizar), em função de um núcleo de noções-chaves na organização do pensamento ou paradigmas. Por conseguinte, essa ação se refletirá na percepção dos fenômenos e do mundo. Tal percepção pode se fundamentar por sistemas fechados de conhecimento, caracterizados, segundo Jovchelovitch (2008, p.178), por padrões de comunicação assimétricos, que “[...] tendem a ser associados à coerção social e modalidades de representação que ‘fecham’ o conhecimento.” Tais sistemas de conhecimento fechados, como por exemplo, no caso da inclinação apresentada pela ciência, além de encapsular as teorias em um universo restrito (KHUN, 1978), reduzem a complexidade à simplificação, dificultando o entendimento dos fenômenos de forma integrada, complexa e multidimensional, o que causa diversos efeitos nocivos à sociedade e sua ligação com o mundo (MORIN 2011).

3

Interessante notarmos que a relação do homem com o conhecimento sempre apresentou uma inclinação à fragmentação. Nesse sentido, Peter Burke (2003), apresenta uma análise da recorrente classificação do conhecimento, desde o “cru” e o “cozido”¹ (visão dos povos primitivos acerca da distinção entre natureza e cultura), passando pela diferenciação entre conhecimento teórico e prático (ciência e arte), pelo conhecimento público e privado (como fica evidente na luta de Lutero, durante a Reforma, pela laicização do saber), até a “explosão da informação” (com os tipos móveis), que proporcionou uma quebra na elitização do conhecimento.

Nessa vista, manifesta-se, também, a indagação a respeito do caráter utilitário do conhecimento, salientando-se as concepções da teoria de Bacon² (2010, *apud* ARAÚJO, 2012), as quais contrapunham-se à contemplação das ideias e à metafísica, por exemplo. A classificação do conhecimento como acadêmico é examinada por Burke (2003) levando-se em conta as universidades europeias. Para tanto, o autor representa tal classificação através de um “tripé intelectual”, composto por três “subsistemas”: currículos, bibliotecas e

¹ Categorias utilizadas por Claude Lévi-Strauss. *O pensamento selvagem*. Paris: Plon, 1962.

² Bacon, Francis. *Novum organum*. <http://temqueeler.files.wordpress.com/2009/12/francis-bacon-novum-organum.pdf>. Acesso em 25.11.2010.

enciclopédias. Sendo assim, torna-se relevante, para esse trabalho, observarmos a explanação do autor (2003, p.87) sobre a organização dos currículos nas universidades europeias:

O primeiro grau era o bacharelado, e as artes em que o estudante se tornava bacharel eram as sete 'artes liberais', divididas em duas partes, o *trivium*, mais elementar, que lidava com a linguagem (gramática, lógica e retórica), e o *quadrivium*, mais avançado, que lidava com os números (aritmética, geometria, astronomia e música). Na prática, havia também lugar para as 'três filosofias', ética, metafísica e o que era conhecido como 'filosofia natural', o último dos temas sendo estudado com especial referência à *Física* de Aristóteles e seu tratado *Da alma*.

Nesta organização atribuía-se um *status* maior às faculdades superiores de Teologia, Direito e Medicina. Na época, o Direito possuía um caráter mais elevado que a Medicina, e a Teologia era considerada a "rainha das ciências". Entretanto, houve uma gradativa orientação à reestruturação dos currículos seguida de uma especialização intensa dos campos de estudo, como, por exemplo, a Física, que se separou em Astronomia, Óptica e Química. Por outro lado, algumas áreas ganharam espaço na estrutura das universidades, como a Botânica e a Química, porém ficando subordinadas à Medicina.

Nessa conjuntura, observa-se a especialização das áreas do saber, sem que haja a intercomunicação das esferas, ideia esta que se afastava cada vez mais do ideal, no século XV, do "homem universal" (que procurava a amplidão no conhecimento), substituindo-a pela organização hierárquica do saber, demonstrada, simbolicamente, pela "árvore do conhecimento", onde os galhos mais finos apresentam-se subordinados aos mais grossos e estes subordinados ao tronco, por exemplo. Mas, aos poucos, surge o conceito de sistema, com observa Burke (2003, p.83):

Em lugar da 'árvore', um termo mais abstrato começava a entrar em uso no século XVII para designar a organização do conhecimento. Esse termo (associado aos antigos filósofos estóicos) era 'sistema', e era aplicado tanto a disciplinas específicas quanto ao conhecimento como um todo, como no caso do 'sistema de sistemas' formulado por Bartholomaeus Keckermann e Johann Heinrich Alsted.

Nesse sentido, considerando-se que a essência da teoria de Descartes (1979, *apud* ARAÚJO, 2012) é eliminar as dúvidas atribuindo precisão ao conhecimento, pode-se afirmar que o método cartesiano contribuiu preponderantemente para a formulação, principalmente no Ocidente, de uma visão de mundo sistêmica, mecanicista, onde os fenômenos são compreendidos como peças de uma máquina perfeita (um sistema) cujo eixo central é a razão. Mas, esse modo de pensar que busca significação para os fenômenos científicos através da matematização e formalização, acaba por simplificar o todo para analisar suas partes. Segundo Morin (2011, p.12), "[...] a matematização e formalização desintegraram os seres e os entes

para só considerar como únicas realidades as fórmulas e equações que governam as entidades quantificadas”. Tal modelo de pensamento é denominado “reducionista” e compõe o “paradigma simplificador”, o qual Morin (2011, p.59) explica:

[...] o paradigma simplificador é um paradigma que põe ordem no universo, expulsa dele a desordem. A simplicidade vê o uno, ou o múltiplo, mas não consegue ver que o uno pode ser ao mesmo tempo múltiplo. Ou o princípio da simplicidade separa o que está ligado (disjunção), ou unifica o que é diverso (redução).

O paradigma simplificador tem sido adotado pela ciência, a qual apresenta, cada vez mais, características de “ciência normal”, como definiu Kuhn (1978), ou seja, fica encapsulada nas teorias vigentes – o problema é que as fronteiras desse conhecimento estão alicerçadas na redução. Desta forma, Morin (2011, p.5) argumenta que o conhecimento científico tem sido concebido por uma lógica compartimentada que não permite a compreensão do todo, mas simplifica a complexidade dos fenômenos:

O conhecimento científico também foi durante muito tempo e com frequência ainda continua sendo concebido como tendo por missão dissipar a aparente complexidade dos fenômenos a fim de revelar a ordem simples a que eles obedecem.

Mas resulta que os modos simplificadores de conhecimento mutilam mais do que exprimem as realidades ou os fenômenos de que tratam, torna-se evidente que eles produzem mais cegueira do que elucidação [...]

Nessa perspectiva, nota-se que arbitrariamente às discussões de Popper (1980, *apud* ARAÚJO, 2012), Kuhn (1978) e Feyerabend (1989, *apud* ARAÚJO, 2012), o conhecimento científico, na transição do século XIX para o XX, prosseguiu em uma busca desenfreada pelo progresso mundial, apoiando-se então no positivismo lógico, o qual prega que a verdade deve ser, obrigatoriamente, demonstrada de forma lógica ou empírica, através das ciências naturais, com ênfase na matemática, embasadas em um forte racionalismo.

Nesse contexto, a humanidade adquiriu uma grande quantidade de novos saberes que foram representados e ancorados ao seu conhecimento, construindo uma visão de mundo focada na razão (o que gera a racionalização), onde a complexidade dos fenômenos é, constantemente, dissipada ou ignorada. Tal forma de pensamento conduz, segundo Morin (2011), ao “erro, ignorância e cegueira”. Por isso, o autor (2011, p.9) afirma que a humanidade precisa de uma tomada de consciência radical e, para tanto, constata alguns tópicos do problema em questão:

1. A causa profunda do erro não está no erro de fato (falsa percepção) ou no erro lógico (incoerência), mas no modo de organização de nosso saber num sistema de ideias (teorias, ideologias);
2. Há uma nova ignorância ligada ao desenvolvimento da própria ciência;
3. Há uma nova cegueira ligada ao uso degradado da razão;

4. As ameaças mais graves em que incorre a humanidade estão ligadas ao progresso cego e incontrolado do conhecimento [...]

Nessa tela, o conhecimento humano apresenta premência de uma mudança gestáltica. É preciso recuperar os contextos do saber, inserindo-se nestes a percepção da complexidade. Para tanto, urge a necessidade de um novo modo de raciocinar, um modo consciente onde os métodos científicos não excluam o sujeito de seu objeto de estudo, que integre, ao conhecimento, “[...] suas estruturas internas e os sujeitos, as comunidades e as culturas [...]” (JOVCHELOVITCH, 2008), ou seja, urge a necessidade do pensamento complexo.

2.1 O PENSAMENTO COMPLEXO E O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Para discutirmos o pensamento complexo sugerimos uma aproximação da visão paradigmática de Kuhn, uma vez que se constata a existência de um paradigma simplificador com anomalias que não se ajustam à necessidade de um abstrair reconstrutivo, o qual tem despontado na contemporaneidade e, por isso, consideramos aquele em crise. Por sua vez, tal paradigma apresenta uma incomensurabilidade com a teoria da complexidade, que traz novos compromissos às comunidades, inclusive a científica. Sendo assim, supomos que o devir do modelo de pensamento atual encontra-se em transição paradigmática, podendo ocasionar uma revolução científica, através da reforma do conhecimento.

Morin (2000) nos traz a ideia de um pensar consciente, de uma “ciência com consciência”, concepção essa que se opõe à construção da bomba atômica, por exemplo. Obviamente, este empreendimento científico baseia-se em um modelo de pensamento que não leva em conta o sujeito como objeto de estudo da ciência, mas sim um irresponsável saber técnico que não possui conexões com outros saberes, nem com valores, nem com a ética, por exemplo. Nesse caso, trata-se de uma atitude guiada por um conhecimento embasado pelo princípio disjuntivo, o qual rege o pensamento simplificador.

Descartes (1979, *apud* ARAÚJO, 2012), em sua teoria racionalista, a qual exhibe traços detectados no paradigma reducionista, separa o *ego cogitans* (o eu pensante) da *res extensa* (a matéria), isso simplifica a complexidade existente na relação sujeito-objeto. Tal simplificação gera uma dicotomia nesta associação, sendo perceptível, por exemplo, no campo da Biologia, onde se enfatiza o estudo do biológico, mas não do social e, também, na Sociologia que se direciona para o social, esquecendo-se do biológico. Dessa forma, percebe-se que não há intercomunicação das partes para a compreensão do todo (o ser humano e os seus diferentes contextos).

Assim, o pensamento complexo tenta sair dos efeitos nocivos do pensamento simplificador, que, muitas vezes, exclui o aspecto social da ciência e inibe a capacidade do saber de alcançar a subjetividade humana e compreendê-la em seu contexto ecossistêmico. Tais efeitos nocivos também são detectados em relação à fragmentação do saber, em que tanto os campos de estudo e as disciplinas são dissociados entre si, como em relação a outros tipos de saberes e indagações, conduzindo, assim, o conhecimento a uma perspectiva unidimensional, restrita. Dessa forma, o pensamento complexo pretende a construção de um sistema de saber onde há interação dos diversos conhecimentos, inclusive o saber técnico, como ressaltou Bacon³ (2010, *apud* ARAÚJO, 2012), quebrando a hegemonia da ciência, como argumentou Feyerabend (1989, *apud* ARAÚJO, 2012), resultando, não em uma visão simplificada e excludente, mas complementar e multidimensional, como elucidou Morin (2011).

Por esse ângulo, uma observação da epistemologia, nos permite depreender que as bases do conhecimento científico e filosófico, na busca da verdade, realidade e da objetividade de conceitos e teorias fecharam a possibilidade de conhecimento. Segundo o pensamento complexo, essa possibilidade deve ser aberta, deve-se caminhar na direção de um conhecimento “mais rico e menos certo” (MORIN, 2011, p.44).

7

A teoria da complexidade apresenta três princípios essenciais para a formação de um modo de pensar complexo. O princípio dialógico expõe que os elementos de um objeto de estudo podem apresentar mais de uma lógica, ou seja, se há mais de um princípio que rege esses elementos, esses princípios interagem entre si, sendo complementares e/ou antagônicos e não apenas justapostos. O princípio da recursão organizacional diz que há um processo recursivo na organização dos elementos, ou seja, há um processo em que “[...] os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores do que os produz.” (MORIN, 2011, p.74). Por último, o princípio hologramático profere que não apenas uma parte está no todo, mas o todo também está em uma parte, por isso manifesta-se a ideia do holograma, pois, segundo Morin (2011, p.74) “Num um holograma físico, o menor ponto da imagem do holograma contém a quase totalidade da informação do objeto representado”.

A observação desses princípios colabora para que os sistemas de conhecimento não caiam na tendência à disjunção e à redução, pois, por exemplo, propicia o entendimento de que a sociedade é produtora dos indivíduos, ao mesmo tempo em que os indivíduos produzem a sociedade; de que os indivíduos produzem o conhecimento da sociedade e este conhecimento retroage sobre os indivíduos, produzindo conhecimento sobre eles; de que,

³ Bacon, Francis. *Novum organum*. <http://temqueeler.files.wordpress.com/2009/12/francis-bacon-novum-organum.pdf>. Acesso em 25.11.2010.

assim como os indivíduos estão na sociedade, a sociedade está nos indivíduos. Portanto, se há a observação desses princípios, não há porque segregar as diversas dimensões de um objeto de estudo para a formação de um ponto de vista, por exemplo.

3 ALGUNS ELEMENTOS A SEREM CONSIDERADOS NA FORMAÇÃO DO SABER ARQUIVÍSTICO

Costuma-se dizer que a história dos arquivos é paralela à da escrita, a qual surgiu quando o homem começou a gravar, imobilizar a linguagem falada (mais ou menos em 3.500 a.C.), mas, não se sabe como e em que momento a linguagem auditiva se transformou em linguagem visual, resultando a invenção dos primeiros sistemas de escrita. Esses são problemas que, conforme Wilson Martins (1996, p.33), “[...] segundo toda a probabilidade, continuarão para sempre insolúveis.” O que se pode afirmar é que a escrita propriamente dita surgiu a partir do momento em que foi elaborado um conjunto organizado de signos ou de símbolos⁴, por meio dos quais os seus usuários puderam materializar e fixar claramente tudo o que pensavam, sentiam ou sabiam expressar.

Lopes (1996, p.26), esboçando uma teoria da informação, apresenta diversos pressupostos da informação no interesse arquivístico, entre os quais, torna-se oportuno aqui refletirmos a respeito dos três primeiros pressupostos:

1. Os seres humanos produzem informações de modo arbitrário, de acordo com as relações que estabelecem entre si e com a natureza.
2. Os atos humanos de qualquer espécie produzem informações.
3. A informação é uma categoria abstrata que se materializa quando é registrada e representa uma sucessão de atos ou fragmentos que possam ser definidos como fatos.

Deste modo, considerando-se que a linguagem é fruto da abstração humana, percebemos que a sua respectiva fixação, constituindo sistemas de escrita, expressam ideias e sentimentos do homem e, portanto, produzem determinadas informações que, mesmo sendo fixadas em um suporte, possuem um sentido abstrato.

As representações sociais aliadas à linguagem e ao processo comunicacional são indispensáveis à elaboração do conhecimento (JOVCHELOVITCH, 2004). Nesse sentido, considerando-se a escrita a fixação da linguagem articulada em um suporte, conclui-se que os documentos de Arquivo, Biblioteca e Museu, enquanto formas de informação, participam da constituição do conhecimento.

⁴ O sentido do termo “signo” possui definição própria e diferente do termo “símbolo”, mas neste trabalho estão sendo utilizados com sentido próximo para expressar o conjunto de sinais que formam a escrita.

O surgimento da escrita supre a necessidade humana de registrar as ações e fenômenos decorrentes da vida. Dessa forma, os documentos de arquivo surgem da necessidade de registrar e comunicar os atos e conhecimentos humanos, preservando a memória individual e coletiva, para fins práticos como, por exemplo, fins administrativos e contábeis. Cabe ressaltar a definição atual de documento de arquivo, que, segundo Bellotto (2006, p. 37), diz respeito àqueles documentos “produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si”.

Tendo em vista a singularidade do conceito de documento de arquivo, o qual, além do suporte, compreende a informação arquivística, depreendemos que esta possui como característica fundamental a organicidade (interligações dos documentos que refletem as funções e atividades da instituição ou pessoa que os produziu).

O conceito de informação arquivística tem sido discutido, ainda que em pouca quantidade, por diversos pensadores da área, dentre os quais, muitos destacam a ínfima relação com os processos de trabalho existentes no contexto em que os documentos são produzidos. Nesse sentido, é importante sublinharmos as considerações de Fonseca (2005, p.59), ao se referir à Thomassen⁵ acerca de seu empenho em discutir um novo paradigma para a Arquivologia, no que diz respeito à informação arquivística:

O objeto da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do ‘arquivo’ para a informação arquivística, ou ‘informação registrada orgânica’, expressão cunhada por arquivistas canadenses para designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida. Para Thomassen, este é um objeto duplo, uma vez que se refere à informação arquivística (conteúdo semântico do documento) e ao seu contexto gerador, ou seja, o processo de criação dos documentos (conteúdo diplomático do documento).

Não seria possível, neste artigo, uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de informação arquivística, entretanto, cremos que o esclarecimento acerca desse conceito seja fundamental para pensarmos a possibilidade de inserção da complexidade na Arquivologia.

Consideramos importante salientar, também, que a informação é abstrata, flexível e pode se materializar, ou não, de diversas formas, sendo a escrita apenas um entre inúmeros outros sistemas de linguagem visual como, por exemplo: os desenhos, a mímica, os códigos de sinais marinhos e terrestres, luminosos ou não, os gestos, a linguagem dos surdos-mudos, etc. Ao efetuarmos esse destaque, procuramos quebrar um pouco a compreensão segregada e

⁵ THOMASSEN, Theo. The development of archival science an its European dimension. In: *Seminar for Anna Christina Ulfsparrre*. Stockholm, Swedish National Archives, 1997.

hegemônica da informação escrita, e dos documentos de gênero textual, em relação ao sentido de informação.

Tal dedução dissociada pode ser verificada na tendência humana em hegemonizar a visão, por exemplo, como é explicado por Mariotti (2002), em seu texto que busca explicar os cinco saberes do pensamento complexo, ao discorrer sobre o primeiro saber, o “saber ver”:

A primitivização de nossas mentes pela supressão da palavra (em especial a palavra escrita) traduz-se na prática pelo estreitamento de nossa percepção de mundo. Dessa maneira, ela passa a depender de quase que um único sentido — a visão. A audição vem em segundo lugar, mas com menos destaque. Essa circunstância nos torna cada vez menos capazes de perceber a importância do conjunto.

Feita essa argumentação, pretendemos traçar, brevemente, um panorama do saber arquivístico. Nesse sentido, consideramos excelente a explanação acerca da evolução da Arquivística⁶ feita por Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002). Portanto, à luz da prospecção feita por esses autores, tentaremos identificar alguns pressupostos que ancoram o saber da Arquivologia.

Remontemos, para tanto, à fixação das laboriosas populações do Vale do Nilo e da Mesopotâmia, desde o quarto milênio a.C., quando surgiram as cidades e estados organizados, onde a escrita já desempenhou um papel muito importante. Os registros produzidos ficavam nos palácios e nos templos que passaram a ter registro dos mais diversos tipos, para serviço das classes dirigentes e, apesar de serem verdadeiros Arquivos, podiam acumular a função de bibliotecas privativas, onde tanto se encontram missivas e assentos contabilísticos, como textos literários, sob a forma de oráculos, hinos religiosos ou relatos históricos.

Essa diversidade de informações acumuladas em um local único de conhecimento, no sentido em que esse trabalho pretende abarcar, leva-nos a um ponto de reflexão interessante, que é o modo como o conhecimento era percebido, pois, apesar de haver uma prévia separação, não havia uma especialização muito grande entre as áreas do conhecimento, como explica Edward Mcnall Burns (1975, p.83), no caso dos sumérios, em relação à Astronomia: “A astronomia era pouco mais do que a astrologia e a medicina, um curioso misto de ervanaria e magia”.

Desse modo, presumimos que a visão de mundo dos povos mesopotâmicos, ainda que de modo rudimentar no campo científico, atribuía um caráter de complementaridade às áreas

⁶ Alguns autores como Armando Malheiro da Silva utilizam a designação arquivística para o conjunto de teorias e técnicas correspondentes à essência da área do conhecimento relacionada aos arquivos, embora outros autores utilizem o mesmo termo relacionado aos quesitos práticos e técnicos da referida área do conhecimento, considerando a designação Arquivologia mais voltada ao estudo dos arquivos. Neste sentido é que utilizaremos o termo Arquivologia, embora reconheçamos que qualquer atividade prática exija determinada capacidade abstrativa, estando, de certo modo, teoria e prática interligadas.

do saber. Todavia, cabe ressaltar que da Antiguidade até a Idade Média, já surgem indícios de distinção entre a informação de bibliotecas e de arquivos.

Uma boa parte dos documentos produzidos pelas sociedades pré-clássicas referia-se, também, a tratados, contratos, atos notariais, testamentos, promissórias, recibos e sentenças de tribunais, bem como, demonstrando grande grau de organização, o aparecimento de léxicos e catálogos descritivos. Tudo isso, devido a tais sociedades possuírem uma grande noção da lei e da justiça.

Nesse sentido, constata-se a tendência natural em organizar os documentos de maneira lógica, levando-se em conta a sua utilização posterior, formulando-se, assim, pressupostos rudimentares para a construção de correntes de pensamento das primeiras formas de organização dos documentos, como fica evidente na argumentação dos autores Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.45):

[...] a origem de acervos documentais radica numa motivação de índole pragmática. Daí que a constituição dos primeiros arquivos tenha obedecido a uma fórmula intuitiva – alheia a qualquer vertente técnica ou conceptual – se bem que, desde logo, estruturalmente adequada, [...] porque natural.

Essas noções tiveram importante papel no desenvolvimento da atuação arquivística, cabendo ressaltar que o desenvolvimento dos arquivos se deu em diversas culturas, com variações no suporte da informação e forma de armazenamento, como por exemplo, no Egito, onde predominava o papiro; na China, onde foi utilizado desde placas de osso até, posteriormente, antes do início da era Cristã, o papel e fitas de madeira; e, na Grécia e em Roma, onde apesar de a consideração acerca dos documentos oficiais ter se dado posteriormente, utilizava-se, dentre outros suportes, o papiro.

Paralelamente ao desenvolvimento das cidades gregas, foram desenvolvidos arquivos, os quais aglutinaram características da organização e dos princípios daquelas. Os europeus herdaram muitos princípios jurídicos e administrativos da civilização romana e, no que tange aos arquivos, há um enlace das práticas administrativas romanas e a formação de sua rede de arquivos com os ideais da arquivística moderna, na relação entre o documento e a entidade produtora.

Desta forma, cabe destacarmos as observações de Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002), as quais se referem ao entendimento sobre a organização dos arquivos nas civilizações pré-clássicas, presumindo, portanto: que os arquivos sempre foram depreendidos como bases e veículos de informação; que alguns ingredientes do pensamento em relação aos arquivos tornaram-se clássicos e aglutinaram-se aos princípios arquivísticos atuais (estrutura orgânica coerente em relação às funções da entidade produtora, regra de controle e matriz diplomática

para garantir a identidade e autenticidade dos documentos, valor como testemunho e instrumento de informação).

Se, na Antiguidade o local onde se guardavam os documentos era concebido como tesouro ou santuário (zelado sobre a proteção dos deuses), na Idade Média, o termo arquivo passou a designar o local de armazenamento de documentos para a memória ou prova de atos passados. Portanto, assiste-se, segundo Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.204) “[...] a cristalização do conceito e se assiste à vulgarização do termo arquivo.” A partir de então, os sistemas de informação dos arquivos começaram a adquirir identidade, efetivamente, em relação a outros sistemas de informação, como, por exemplo, as bibliotecas.

A Alta Idade Média Europeia é marcada por uma mudança no conceito de gestão administrativa, adquirindo caráter itinerante, mas a mobilidade dos centros de poder tornava os documentos vulneráveis e, por isso, enfatizava-se a conservação e proteção dos arquivos, armazenando-os em arcas. Dessa forma, profissionais especializados eram nomeados para ficarem responsáveis por determinados serviços, como, por exemplo, a chancelaria.

No século XIV, as administrações ampliam a sua gama de tipologias documentais armazenadas (atas, minutas, etc.), ultrapassando, assim, os limites jurídicos e patrimoniais, como, por exemplo, documentos de cunho financeiro e historiográfico. Percebe-se, portanto, que a necessidade de informação vai além da esfera da administração. Além disso, nota-se que, crescendo a importância dos arquivos, passa-se, também, a ser observado um prévio princípio de territorialidade.

Gradativamente, a Arquivologia se depara com novos problemas, os depósitos aumentam em grande quantidade o volume documental, mas a prática arquivística permaneceu inalterada, observando-se o aumento da burocracia. Somente após a ruptura com o sistema político e burocrático é que há a inserção dos problemas sociais, no entanto, mesmo com o desenvolvimento das administrações e a aquisição de novas percepções acerca da abrangência dos documentos, os princípios da organização arquivística sempre foram restritos à tradição administrativa.

Com o crescimento das atividades econômicas, evidencia-se a adoção de novos métodos para o fazer administrativo, destacamos, portanto, em Berlim, Munique e Estugarda, o sistema *Registratur*, que segundo Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.91):

[...] é caracterizado pela manutenção dos processos por negócio ou acto administrativo, sendo cada um deles formado pelo conjunto dos documentos recebidos e pelas minutas de cartas expedidas por ocasião de um mesmo negócio, ordenados cronologicamente e em regra cosidos num mesmo caderno.

Tal sistema expandiu-se por parte da Europa que ficou dividida por duas tradições arquivísticas, o *Registratur*, na parte central e oriental, e o método cronológico por meio de séries documentais no restante da Europa. Convém lembrarmos que nessa época o acesso aos documentos era condicionado aos produtores.

Nos séculos XVII e XVIII acentuou-se a consulta aos documentos de arquivo pelo seu valor historiográfico. Tal aspecto acaba por conduzir à elaboração de instrumentos de pesquisa, como, índices, por exemplo. No Século XVII, se por um lado, houve o aparecimento de diversos manuais que sistematizavam a informação arquivística sob uma ótica jurídica, por outro lado, o racionalismo iluminista propiciou uma maior busca pelo valor secundário dos documentos de arquivo, porém, influenciou de modo racionalista, a organização da informação arquivística por matérias, desvinculada do caráter orgânico-administrativo. Por conseguinte, essa tendência iluminista despontou em um “historicismo romântico” que se contrapunha ao *Registratur*, o qual manteve um modo de pensar mais objetivo, vigente na Alemanha.

Com a Revolução Francesa (1789), a Arquivologia começou a agregar ao seu conhecimento a possibilidade de acesso aos arquivos. Com a Lei de 7 de *Messidor*, os documentos de arquivo que possuísem valor artístico, histórico ou científico deveriam ser recolhidos à Biblioteca Nacional e nas Bibliotecas distritais, ou seja, se inicia, efetivamente, a compreensão do valor histórico-cultural destes documentos. Dessa maneira, houve uma enorme incorporação de tais documentos aos arquivos do Estado, que eram organizados conforme procedimentos guiados, também, por valores culturais e ideológicos.

Tal incorporação da perspectiva ideológica na organização dos arquivos, na França, acarretou em diversos problemas de ordem arquivística, fazendo-se necessária a elaboração de “*instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales*”⁷. Essas instruções, influenciadas por Natalis de Wailly introduziram o princípio do respeito aos fundos, que, atualmente, é considerado um dos princípios fundamentais da organização dos arquivos, em vez da ordenação por assuntos.

Por uma visão historicista e positivista (considerando-se a criação do “método histórico”, na Itália, no século XIX), os arquivos ficam subordinados à prática auxiliar da Diplomática e da Paleografia, essas três subordinadas à História, nota-se, nessa vista, a *École de Chartes*, que formava arquivistas-paleógrafos. Desse modo, percebemos que houve uma hierarquização do saber arquivístico, fragmentando o viés histórico e administrativo da informação arquivística. Por esse ângulo, nota-se que existiram dois fluxos que, conforme

⁷ Instruções para colocar em ordem e classificar os arquivos departamentais e municipais (tradução nossa).

Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.112), embora não houvesse um elo entre esses movimentos, “[...] eles são a expressão de uma mesma tendência tecnicista que passou a envolver os arquivos”.

Em 1898, o manual dos arquivistas holandeses (Muller, Feith e Fruin) traz a arquivística um aspecto de disciplina, alterando, de certa forma, sua condição de submissão à história. Tal obra desenvolve diversos pontos da teoria arquivística, porém possui proximidade à administração pública e, por isso, não envolve os arquivos privados, também não discute triagem e eliminação. Mesmo assim, esse manual representa um marco para a autonomia da Arquivologia em relação à Diplomática e à Paleografia.

Até que houvesse a afirmação da Arquivologia como disciplina, houve várias tentativas de aplicação de classificações temáticas (de estrutura decimal), revelando uma crise de identidade na Arquivologia. Nesse contexto, Jenkinson (1922), afirma em seu manual que os arquivos apresentam duas qualidades (imparcialidade e autenticidade) que conduzem a verdade e, por isso, não se confunde com a História, uma vez que o arquivista não forma opiniões.

Casanova, em 1937, critica a percepção desunida de arquivos históricos e arquivos correntes, o que reflete a tendência a uma abordagem integradora dessas duas características dos arquivos. Em meio a isso, nos períodos antecessores e posteriores à Primeira Guerra Mundial, ocorreu o aumento da produção documental, exigindo a necessidade de avaliação documental. Nesse sentido, Schellenberg, em 1956, nos Estados Unidos, define a existência dos valores primários (institucionais) e secundários (para pesquisa).

A Segunda Guerra Mundial reforçou o caráter político e ideológico das organizações em relação às potencialidades dos documentos. No pós-guerra, a evolução tecnológica deflagrou uma “explosão documental”, o que, de certa forma, provocou o aparecimento dos arquivos intermediários, onde seria efetuada a avaliação, triagem e eliminação documental. Neste último período, afirma-se o *record group*, que separava os documentos conforme sua entidade produtora (semelhante ao princípio da proveniência).

O *record group* propiciou o surgimento do *records management*, o qual foi traduzido como gestão documental e sua essência é estritamente administrativa, distinguindo-se da Arquivologia, pois esta estaria relacionada apenas à documentação histórica, ou seja, trata-se novamente de uma cisão do saber arquivístico para a aplicação prática. Dessa maneira, sob esse panorama segregado, pode-se entender a lógica pela qual foram guiados os primeiros entendimentos acerca do princípio das três idades dos arquivos.

Em 1950, a criação do Conselho Internacional de Arquivos (C.I.A.) possibilitou uma reflexão mais teórica no campo da Arquivologia, como, por exemplo, quanto aos: problemas

de terminologia, a formação dos arquivistas e a comunicação dos documentos. Importante sublinharmos, a crescente evolução da Descrição Arquivística, destacando-se a elaboração da Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G), por exemplo. Nessa perspectiva, diversos congressos que abordam temas variados têm ocorrido no mundo com o intuito de discutir as principais questões da Arquivologia.

No desenvolvimento da Arquivologia, que segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.37) define-se como: “Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada arquivística”, surgiram diversas argumentações, inclusive em relação às terminologias, que se materializaram em manuais, os quais têm sido editados e reeditados a fim de serem utilizados como base para a construção do conhecimento arquivístico. Dessa forma, Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.142), manifestam, contundentemente, a ideia de Aurelio Tanodi (Manual de Archivologia Hispano-americano, 1961) acerca de suas preocupações sobre os pilares da Arquivologia:

[...] Tanodi apresenta já preocupações de carácter científico bastante inovadoras, no capítulo intitulado *Archivologia*. Além de discorrer sobre a arquivologia, como ciência ou disciplina, e de discutir problemas conceptuais em torno do objecto – que designa por *arquivalia* – dedica um ponto específico ao método, considerando-o como o elemento fundamental de qualquer ciência ou disciplina e encarando-o como um conjunto de procedimentos que permitem alcançar a ‘verdade científica’. Para Tanodi, o método da Arquivologia baseia-se, como aliás todos o métodos científicos, na lógica e na experiência, ajustando-se necessariamente aos fins dos arquivos ou da *arquivalia*: de reunir, conservar, ordenar, descrever, administrar e utilizar a *arquivalia*.

A argumentação de Tanodi demonstra a preocupação que seguirá ao longo das décadas, até os dias de hoje, em razão do objeto de estudo da Arquivologia, dos métodos utilizados e do questionamento sobre a possibilidade da Arquivologia tornar-se uma ciência.

Assim, no intuito de darmos prosseguimento ao objetivo de traçarmos um breve panorama sobre os pressupostos que fundamentam o conhecimento arquivístico, faz-se necessário identificarmos, nesse contexto, dois pontos importantes: em relação à existência de uma Ciência da Informação e em relação à existência de correntes de pensamento que dizem respeito à Arquivologia (a linha tradicional, a integrada e a pós-custodial).

Fonseca (2005) entende que grande parte dos autores que se dedicam à constituição da Ciência da Informação considera a Conferência realizada na *Georgia Institute of Technology*

(1962), como o berço deste campo científico. Nesse sentido, cabe analisarmos a definição de Ciência da Informação de Shera e Cleveland⁸ *apud* Fonseca (2005, p.19):

Ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo de informação e os meios de processar a informação para ótima acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, a disseminação, a coleta, a organização, o armazenamento, a recuperação, a interpretação e o uso da informação. O campo está relacionado com matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia da computação, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração e algumas outras áreas.

Por essa definição, podemos perceber que o aspecto de ciência é atribuído a este campo do conhecimento, uma vez que ele possui métodos e estratégias investigatórios que o caracterizam como científicos. Percebemos, também, que, nesse conceito, há a noção de interdisciplinaridade, mas, sem, contudo, destacar em seu eixo certas disciplinas, como, por exemplo, a Arquivologia.

A Arquivologia tem buscado reflexões em suas teorias, ligando-as à “sociedade da informação” ou “sociedade do conhecimento”, visando sua participação nestas, mas, pela falta de um *corpus* teórico, que não abarca uma teoria da informação expressiva, as disciplinas inter-relacionadas à Ciência da Informação não conseguem “[...] contribuir para que esses domínios do conhecimento avancem além de meia dúzia de pressupostos e de um conjunto de técnicas e práticas” (LOPES, 1996, p.21).

Além disso, outra limitação da inserção da Arquivologia no campo da Ciência da Informação ocorre, segundo Fonseca (2005, p.99): “[...] na medida em que nela ainda subsiste uma configuração que não consegue romper com os limites nacionais e corporativos.” Por esse ângulo, Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.155), argumentam, também, que decorre do pragmatismo voltado à divisão das idades dos documentos “[...] que o objecto da Arquivística não seja claro e que se confunda o método com meras aplicações técnicas.” Sendo assim, tais aspectos afastam a possibilidade da categorização da Arquivologia como ciência, como, por exemplo, argumenta Silva (2005, p.72):

[...] qual a autonomia teórico-metodológica do trabalho do documentalista/cenciometrista em relação ao historiador ou ao sociólogo da ciência? Parece ser nenhuma! E, no entanto, o documentalista, herdeiro da função consuetudinária do bibliotecário, tem por missão classificar, ordenar, descrever para tornar acessível e conservar documentos (livros, revistas, manuscritos, etc.), missão que não se confunde com o trabalho de qualquer cientista (das ciências ‘exactas’ às sociais e humanas). Exibe, assim, uma especificidade técnica e prática que justifica nitidamente uma actividade profissional bem delimitada, embora não induza a sólida e rápida aproximação a parâmetros consensuais de cientificidade.

⁸ SHERA, J. H.; CLEVELAND, D. B. History and foundations of information science. *Arist – Annual Review of Information Science and Technology*, v. 12. 1977, p. 249-274.

Então, apresentada a existência de uma Ciência da Informação e da constante busca da Arquivologia por um espaço neste *lócus*, bem como, a opinião de alguns autores sobre critérios que formam barreiras para tal inclusão, passemos agora para a breve descrição das vertentes teóricas presentes na Arquivologia.

A primeira vertente é o método tradicional, muito difundido através dos manuais mais presentes nos currículos das instituições de ensino. Podemos identificar alguns traços dessa corrente de pensamento em Bellotto (2006, p.23 e 24):

O ciclo vital dos documentos administrativos compreende três idades. A primeira é a dos arquivos correntes, nos quais se abrigam documentos durante seu uso funcional, administrativo, jurídico; sua tramitação legal; sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados [...]

A segunda fase – a o arquivo intermediário – é aquela em que os papéis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativa, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor [...]. É nessa fase que os documentos são submetidos às tabelas de temporalidade que determinam seus prazos de vigência e de vida, segundo as respectivas tipologia e função [...]. Os que restarem, são os de valor permanente, são os documentos históricos.

Abre-se a terceira idade aos 25 ou 30 anos (segundo a legislação vigente no país, estado ou município), contados a partir da data de produção do documento ou do fim de sua tramitação. A operação denominada “recolhimento” conduz os papéis a um local de preservação definitiva: os arquivos permanentes. A custódia não se restringe a ‘velar’ pelo patrimônio documental. Ultrapassando totalmente o uso primário, iniciam-se os usos científico, social e cultural dos documentos.

Essa vertente sistematiza o ciclo vital dos documentos através da Teoria das Três Idades para que, utilizando o conhecimento arquivístico, seja possível compreender os valores da informação contida nos documentos de arquivo e intervir com os métodos e práticas arquivísticas, através da gestão documental (agora com novo conceito, diferente do *records management*, que era estritamente administrativo).

Importante ressaltar que, segundo essa vertente, a organização do arranjo e a descrição documental ocorrem nos arquivos permanentes, esta, constituindo-se na “[...] única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores” (BELLOTTO, 2006, p.179).

Outra vertente a destacar na Arquivologia é a “Arquivística Integrada”, defendida por Rosseau e Couture (1982, 1998), trata-se, segundo Lopes (1998, p.14), da:

[...] corrente de pensamento arquivístico internacional mais desenvolvida do ponto de vista científico e a única onde as sombras da arquivística tradicional conservadora e do *records management* pragmático permanecem menores e sem importância fundamental.

A arquivística integrada propõe tratar a informação desde sua criação até seu destino final, pretendendo contribuir “[...] para a definição de uma profissão capaz de gerar, tratar, e dar acesso às informações, no esforço conjunto das demais ciências e profissões envolvidas com o fenômeno contemporâneo da explosão documental” (LOPES, 1996, p.57). Sendo assim, por essa perspectiva, a arquivística envolve todos “[...] os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão de arquivos, tais como a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a comunicação e a conservação” (GARCIA E JUNIOR, 2002, p.46).

Rousseau e Couture (1998), ao discutirem os objetivos da Arquivística integrada, defendem que a atuação arquivística deve manter a unidade e a continuidade de seu trabalho durante todas as idades dos documentos de arquivo. Dessa maneira, tais autores pretendem moldar uma nova perspectiva acerca da Teoria das Três Idades e a respeito dos valores primário e secundário desses documentos. Além disso, essa vertente de pensamento busca, inclusive, ampliar o conceito do termo arquivo, como é notável da explicação de Rousseau e Couture⁹ *apud* Garcia e Junior (2002, p.46) ao dar continuidade à apresentação dos objetivos da arquivística integrada: “[...] permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos; integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo”.

18

No ponto de vista de Lopes (1996, p.58), as novidades propostas por Rousseau e Couture podem ser resumidas da seguinte maneira:

- eleição da informação registrada, com características arquivísticas, como objeto de pesquisa e de trabalho;
- busca de parcerias com a biblioteconomia, ciências da informação, ciências da administração, informática e história, sem que isso signifique qualquer tipo de subordinação;
- ênfase na pesquisa teórica e aplicada nos domínios do trabalho arquivístico, rejeitando-se soluções empiricistas;
- estímulo à formação de quadros profissionais de alto nível capazes de planejar soluções para os problemas arquivísticos.

Nessa tela, a visão da arquivística como uma disciplina integrada apresenta uma ruptura do conhecimento arquivístico com os moldes tradicionais, que estavam inclinados a segregarem as conexões existentes no ciclo de vida dos documentos, ou seja, essa corrente de pensamento busca integrar os diferentes enleios das idades dos documentos de arquivo, no que tange à informação arquivística.

Do mesmo modo, sob uma égide renovadora, pode-se falar da corrente de pensamento arquivístico mais recente, a qual Fonseca (2005) considera ter surgido no Canadá,

⁹ ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa, Portugal: Nova Enciclopédia. 1998, p. 70.

no início de 1990, podendo ser denominada, segundo a autora, como “arquivologia pós-moderna” ou “arquivologia pós-custodial”, considerando Terry Cook (1997) o introdutor dessa abordagem.

Fonseca (2005, p.60-65) sintetiza alguns pontos, na teoria de Cook (1997), que indicam uma mudança de perspectiva em relação à Arquivística, entre os quais cabe realçarmos os seguintes:

- Uma mudança nas razões mesmas pelas quais arquivos devem ser preservados, uma mudança que desloca as razões da preservação dos arquivos de uma justificativa jurídico-administrativa, ancorada em conceitos de Estado, para uma justificativa sociocultural, ancorada em políticas e usos públicos mais amplos.
- [...] os métodos tradicionais de preservação de documentos de arquivo baseados em padrões apropriados de restauração, armazenagem e uso de suportes físicos tornam-se irrelevantes na medida em que os documentos devem migrar seus conteúdos muito antes da deterioração física de seus suportes, o que está promovendo uma importante reformulação dos pressupostos da proveniência, originalidade e funcionalidade dos documentos.
- [...] o foco se transfere dos documentos em si para seu contexto de produção, do artefato físico para os objetivos de sua criação. A teoria arquivística se baseia agora nas metodologias de arranjo e descrição de documentos custodiados em instituições arquivísticas.
- [...] o arquivista deve ser um mediador ativo da ‘formatação da memória coletiva através dos arquivos’. (COOK¹⁰ *apud* FONSECA)
- [...] a teoria arquivística não deve ser vista como um conjunto imutável de leis estabelecidas desinteressadamente e guardando verdade para sempre; tampouco é linear, formada a partir de um consenso universal. Ao contrário, é um mistura de diferentes elementos, superpostos e até contraditórios.

Fica evidente nesses pontos destacados a presença de elementos do pensamento pós-moderno, que caminha por um campo mais indagativo e menos concreto, enfatizando a valorização dos diferentes encadeamentos dos fenômenos. O raciocínio pós-moderno procura se afastar do pensamento simplificador, tendo como uma característica a atitude cética em relação às respostas absolutas dos métodos científicos empiristas e racionalistas.

Portanto, a Arquivologia pós-moderna apresenta a forte tendência ao questionamento e possível desconstrução dos princípios, métodos, conceitos e sistemas de conhecimentos arquivísticos elaborados com base no modelo de pensamento prevalecente na modernidade. Tal tipo de pensamento buscará compreender as virtualidades, inclusive, no âmbito da informática, acerca dos documentos de arquivo e da informação arquivística, deflagrando uma mudança de ótica, também, no que tange as concepções de arranjo e descrição (passam a ser ancoradas na utilização, recuperação e inter-conexões das informações produzidas por um

¹⁰ COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v. 43. Spring, 1997, p. 24.

organismo); de avaliação (passam a enfatizar as funções sociais presentes nas relações orgânico-administrativas das informações contidas nos documentos); de preservação (agora mais relacionada ao conteúdo da informação, incorporando o meio eletrônico e digital).

Dessa forma, conforme pudemos observar ao longo dessa pequena retrospectiva acerca da moldura do conhecimento arquivístico, deflagra-se o desafio da Arquivologia em acompanhar a produção do conhecimento humano em sua multiplicidade de registros. Portanto, há um deslocamento de uma lógica reducionista e tecnicista para um sítio mais reflexivo, presente no seio da pretensa Arquivologia pós-custodial. Dentro desse contexto, com base na prospecção efetuada, abordaremos, no subcapítulo que segue, apresentando alguns dos paradigmas da Arquivologia.

3.1 ALGUNS PARADIGMAS DA ARQUIVOLOGIA

Antes da elaboração do manual dos arquivistas holandeses (1898), a Arquivologia encontrava-se numa condição de sujeição às disciplinas de Diplomática e Paleografia, dentro da História. Portanto, foi com a inserção da tese elaborada pelos arquivistas holandeses que a teoria arquivística ganha face de disciplina, ou seja, foram delineados muitos conceitos básicos acerca dos arquivos e abordados métodos para atuação arquivística, como, o uso de normas, por exemplo.

Desse modo, considerando o horizonte de Khun (1998), envolvendo as comunidades científicas e os paradigmas, Thomassen¹¹ *apud* Fonseca (2005, p.57-59) considera que, desde seu nascimento e no decorrer de sua evolução, a Arquivística não possuía nenhum tipo de caráter científico e atribui ao “manual dos arquivistas holandeses” o papel de “divisor de águas” entre uma fase que pode ser considerada pré-paradigmática e a etapa de adoção do paradigma custodial, pela Arquivística.

No entanto, para Thomassen (1999) tal paradigma (custodial) está em crise, devido às anomalias representadas pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação e, portanto, estamos vivendo o período de transição das ideias tradicionais da arquivologia custodial para uma abordagem pós-moderna, o paradigma pós-custodial.

Nessa perspectiva, Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.210) definem três fases para o processo informacional relativo aos arquivos:

* **Fase Sincrética e Custodial:** ocorre do século XVIII até 1898. Nessa fase há a incorporação maciça da documentação de organismos extintos, a criação de Arquivo Nacional

¹¹ THOMASSEN, Theo. The development of archival science an its European dimension. In: *Seminar for Anna Christina Ulfsparre*. Stockholm, Swedish National Archives, 1997, p. 7-10.

e a elaboração da noção de Fundo (WAILLY, 1841). Nesse período nota-se a presença do arquivista paleógrafo na condição de auxiliar da História. Essa fase sofre influência da Revolução Industrial, das Revoluções políticas e Sociais, do Racionalismo, do Positivismo, do Historicismo e da noção de Estado-Nação;

* **Fase Técnica e Custodial:** ocorre de 1898 até 1980. Nessa fase destacam-se os seguintes elementos: presença dos Arquivos Históricos, dos Arquivos Administrativos, da gestão de documentos, da normalização arquivística e a reformulação da noção de Fundo. Nesse período nota-se uma especialização do profissional arquivista. Essa fase sofre influência da industrialização, da evolução tecnológica e científica e da democracia e totalitarismos.

* **Fase Científica e Pós-Custodial:** ocorre a partir de 1980. Nessa fase os Arquivos são vistos como sistemas de informação, desenvolve-se o conhecimento arquivístico, há a normalização do acesso aos arquivos e à informação. Nesse período o arquivista assume papel como profissional da informação e como emergente cientista da informação. Essa fase foi influenciada pelas consequências da pós-industrialização, pela sociedade da informação e pela globalização da economia.

Nessa abordagem, Silva (2007, p.9) apresenta características dos dois paradigmas verificados ao longo da história da Arquivística, o custodial e o pós-moderno. No primeiro caso, o autor identifica os seguintes pressupostos: a sobrevalorização da custódia, conservação e restauro do suporte da informação como função básica da atividade de arquivistas; a aproximação do serviço de arquivos da classe erudita (artes, letras e ciência), vista como superior, em contraposição à classe popular (tida como inferior); ênfase da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação e da cultura como reforço identitário deste; percepção da importância do conteúdo informacional, mas valorização demasiadamente patrimonial do documento; o entendimento de que o desenvolvimento de Arquivos e Bibliotecas geram a divisão e, respectivamente, a formação de disciplinas científicas.

No segundo caso (pós-custodial), o autor (2007, p.23) apresenta os seguintes pressupostos: entendimento do suporte como um epifenômeno e valorização da informação como fenômeno humano e social; constatação do dinamismo informacional no elo produção-seleção natural-acesso; entendimento do cunho efêmero-permanente do suporte; alargamento consciente do acesso à informação; formulação de modelos teóricos científicos, menos voltados à prática empírica (criação, classificação, ordenação e recuperação), mas que sejam mais eficazes para a compreensão da informação social; aproximação das Ciências Sociais para melhor compreensão do social e do cultural; “[...] substituição da lógica instrumental das expressões ‘gestão de documentos’ e ‘gestão da informação’, pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão” (p.23).

Dessa maneira, conforme o objetivo deste tópico, reconhecemos nas argumentações supracitadas a presença dos paradigmas custodial e pós-custodial, modelos estes que estão relacionados aos traços de suas respectivas épocas. Desta forma, salientamos que um não excluiu o outro, como no critério de falseamento de Popper (1980, *apud* ARAÚJO, 2012), mas concordamos com Khun (1978) acerca da ideia de que o paradigma posterior supre as deficiências de seu antecessor, possuindo certa incomensurabilidade, mas, segundo a ótica complexa que pretendemos abarcar nessa reflexão, julgamos que deve haver coexistência e complementaridade entre os dois modelos de pensamento e entre as características das épocas em que eles vigoraram.

4 A COMPLEXIDADE NA ARQUIVOLOGIA

Pode-se afirmar que os pilares que edificaram o sistema de conhecimento da Arquivologia estão passando por um período de reestruturação, evidenciado pela transição do paradigma custodial para o pós-custodial. Tal devir renovador acompanha o percurso das sociedades no decorrer da história da humanidade, que enfrenta, atualmente, o desafio de criar novos estilos de pensamento que se harmonize com o cenário das mudanças atuais, como, por exemplo: a globalização das atividades e o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação.

Nessa perspectiva, a aproximação ao pensamento complexo pode ajudar a Arquivologia a situar-se, de maneira consciente no que se refere à expressão utilizada por (MORIN, 2000), em “Ciência com Consciência”, nesse contexto da história, o qual sugere, segundo o pensamento pós-moderno, novos caminhos para, por exemplo, as Ciências Sociais e a Ciência da Informação, uma vez que nos encontramos na “sociedade da informação e do conhecimento”. Para tanto, a Arquivologia deve repensar os moldes simplificadores, redutores de seu saber, influenciados pelo racionalismo. Porém, isso não significa que deve eliminá-los, mas enxergá-los com novas lentes oferecidas por meio de uma reforma no pensamento arquivístico, tomando como inspiração os pressupostos teóricos do paradigma da complexidade.

Nessa perspectiva, cabe entrelaçarmos os princípios do pensamento complexo, os quais, Carvalho (2006) prefere chamar de “operadores”, no sentido de que põe o pensamento em movimento, com os preceitos da teoria arquivística. Sendo assim, o operador dialógico consiste em resgatar a ideia de conjunto entre as diferentes lógicas, sendo elas complementares e/ou antagônicas e não apenas justapostas, como, por exemplo, no caso da compreensão entre o sujeito e o objeto (*ego cogitans e res extensa*), concebida de modo

separado pelo racionalismo cartesiano. Então, sob a ótica arquivística, precisamos compreender que os documentos de arquivo possuem informações que revelam um “fenômeno humano e social” (SILVA, 2007, p.23). Nesse sentido, observarmos a argumentação de Aquino (2007, p.16), acerca da inserção do âmbito social na Ciência da Informação:

A informação e o conhecimento são essencialmente criações humanas, e nunca seremos capazes de processá-los ou interpretá-los, se não levarmos em consideração que os sujeitos desempenham nesse cenário um papel fundamental: suas necessidades sociais. Essa visão ajuda-nos a sintetizar a ideia de uma ciência de natureza social, que deve considerar, em seus estudos e pesquisas, o modo como os sujeitos criam, distribuem, compreendem e usam a informação e se esses sujeitos estão incluídos socialmente nessa disseminação da informação para transformá-la em conhecimento.

Dessa forma, conforme o percurso desse estudo, fica perceptível que, no transcorrer dos tempos, a Arquivologia guiou-se e, por vezes, guia-se, por uma lógica institucional, documental e administrativa, ou seja, embora houvesse, desde o surgimento dos primeiros sistemas de registro, a percepção da importância dos documentos de arquivo como armazenadores de memória e vetores de informação, mesmo assim, esse entendimento ficava restrito ao tratamento do suporte produzido por um organismo estritamente institucional.

23

Do mesmo modo, procurou-se separar os vieses histórico e administrativo da informação, como fica claro nas concepções: dos arquivos vistos como puramente históricos, demonstrado pela propensão em organizar a informação arquivística de modo temático sob a influência do “historicismo romântico”; do *records management* (exclusivamente administrativo) e da Arquivística tradicional, que divide o ciclo de vida dos documentos para sistematizá-lo, por meio da Teoria das Três Idades. Nesse sentido, o operador dialógico demonstra que a informação arquivística, em detrimento ao organicismo administrativo-institucional e às lógicas segmentadoras, apresenta cunho humano inserido, simultaneamente, em uma perspectiva administrativa, jurídica, histórica, social e cultural.

Dessa maneira, também podemos inferir, conjuntamente, outras ligações que podem ser compreendidas de forma separada na teorização arquivística, como por exemplo: a biblioteca, o arquivo, o museu e a Ciência da Informação; a razão, a prática, a ciência e a arte; a informação e o conhecimento, etc.

A questão não é soldar todas as lógicas e os elementos existentes, mas adquirir consciência de suas interconexões. Nesse sentido, Carvalho (2006) explana que, no decorrer da história humana, aprendemos que somos *loculis*, porque falamos, somos *faber* porque fabricamos e somos *symbolicus*, porque simbolizamos (representações, mitos, teorias, etc.),

mas não aprendemos que somos *complexus*, ou seja, somos tudo isso ao mesmo tempo, somos natureza e cultura.

Trouxemos reflexões a partir da ideia de Morin (2011) acerca de o conhecimento operar por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos. Nesse sentido, com o pensamento racionalista, a sociedade ocidental potencializou tal característica natural dos indivíduos em relação à organização dos saberes, como procuramos demonstrar por intermédio do estudo de Burke (2003), através das formas representacionais da constituição dos saberes (a árvore e os sistemas do conhecimento). Portanto, fica visível a recorrente conclusão de que a fragmentação e a especialização do conhecimento conduzem a uma melhor compreensão dos fenômenos e objetos de estudo. Porém, conforme já apresentado, segundo Morin (2011) isso nos causa “mais cegueira do que elucidação”.

A Arquivologia, entendida como disciplina isolada, acaba permanecendo em um universo com muitas fronteiras. Nessa vista, Carvalho (2006) apresenta uma opinião interessante, acerca do conceito de disciplina: “[...] a disciplina é um ramo do saber voltado para ele mesmo [...]”. Portanto, acreditamos que a Arquivologia deve procurar alocar seu campo de estudo em um ambiente interdisciplinar, na medida em que procure interagir com os saberes de outras disciplinas, e transdisciplinar, na medida em que considere, também, metapontos de vista, os quais apresentam um ângulo analítico sobre os pontos de vista e mais abrangentes do que eles, como, por exemplo, no caso em que uma metanecessidade de busca de informação se constitui para considerar a necessidade de busca da informação como objeto de estudo. Desse modo, a Arquivologia estaria rompendo as barreiras do saber e permitindo-se a “aventura do conhecimento” (MORIN, 2000).

O segundo operador é o da recursão organizacional, ou da recursividade, onde “[...] os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores do que os produzem.” (MORIN, 2011, p.74) A ideia desse princípio vai de encontro à ótica reducionista acerca dos processos organizacionais, em que o primeiro determinante produz o segundo, e assim por diante, de forma linear. Portanto, esse segundo princípio, demonstra que há um “círculo recursivo” entre os processos, em que a causa produz o efeito, assim como o efeito produz a causa (de modo circular).

A teoria arquivística, ao estudar o fenômeno informacional, procura estruturar a informação recuperando o contexto de criação dos documentos (na atividade de classificação), o qual também é respeitado na atividade de arranjo. Sendo assim, depreendemos que na relação produção-uso da informação destacam-se, no mínimo, quatro determinantes: a sociedade, o produtor dos documentos (pessoa física ou jurídica), a informação e o conhecimento. Então, pelo princípio da recursividade, a sociedade é a produtora de um

processo de conhecimento que é anterior a ela. Mas, uma vez que a sociedade é produto ela acaba por se tornar criadora de um processo contínuo e ambivalente de conhecimento. Dessa forma, o processo conhecimento pela informação é produzido pela sociedade, mas o conhecimento uma vez produzido retroage sobre a sociedade e a produz. Se não houvesse a interação entre indivíduos, a informação e o processo de conhecimento não haveria sociedade. Assim, a sociedade gera o conhecimento que a produz, portanto, ela é, simultaneamente, produto e produtora.

Nessa perspectiva circular, considerando-se que a informação e o conhecimento produzidos pela sociedade retroagem sobre a própria sociedade para produzi-la, os Arquivistas poderiam questionar o seguinte: como potencializar o acesso à informação contida nos documentos de arquivo para produzir a sociedade? Ou, como participar do processo pedagógico das escolas para formar alunos mais reflexivos (enquanto *ego cogitans*), vez que eles também são a sociedade?

A Arquivologia, no intuito de compreender o processo informacional, inclusive os processos de trabalho e sua relação com a informação arquivística, deve afastar-se do “organicismo” o qual se dedicaria a descobrir, na linguagem moriniana, analogias entre os fenômenos (MORIN, 2011, p.28), enquanto deveria se dedicar, ao “organizacionismo”: encontrar “[...] os princípios comuns organizacionais, os princípios de evolução destes princípios, os caracteres de sua diversificação.” (MORIN, 2011, p.28) Tal opinião está presente, na proposta da Arquivologia pós-custodial, como destaca Fonseca (2005, p.60), acerca de um deslocamento das “[...] razões da preservação dos arquivos de uma justificativa jurídico-administrativa, ancorada em conceitos de Estado, para uma justificativa sociocultural, ancorada em políticas e usos públicos mais amplos.”

O terceiro operador é o hologramático, o qual apresenta a ideia da totalidade, porém, de modo diferente da ótica simplificadora, onde a soma dos elementos configura a generalidade. Para a complexidade a soma dos elementos pode ser igual, maior ou menor do que a soma das partes, bem como cada parte pode ser vista no todo, assim como o todo pode ser visto em cada parte. Nesse caso, podemos tomar como exemplo, a fórmula de Brookes (1980):

$$k(S) + 2K = K(S+2S)$$

↑

2I

Essa representação significa o seguinte: k é o conhecimento pré-existente, $2K$ é a ancoragem de novos conhecimentos, $2I$ é a informação adicionada e K é o conhecimento adquirido. Tal fórmula é explicada e criticada por Malheiro (2005, p.67):

[...] exprime a passagem de um estado de conhecimento k (S) para um novo estado de conhecimento K ($S+2S$) através de um acréscimo de conhecimento $2K$ extraído de um incremento de informação $2I$, indicando $2S$ o efeito dessa modificação no estado inicial de conhecimento.

Nesta fórmula, e na respectiva explicação verbalizada, emerge uma concepção empírica e evolucionista de conhecimento, estado e conhecimento e informação, aceite sem dificuldade, nem contestação por diversos autores [...]

A questão é que o trabalho arquivístico não se resume a uma regra com elementos gradativos, onde o uno (a informação arquivística) está separado, individualizado, e causa o múltiplo (o conhecimento da sociedade). Desse modo, a partir do princípio hologramático é possível inferir que “[...] você vai juntar o Uno e o Múltiplo, você vai uní-los, mas o Uno não se dissolverá no Múltiplo e o Múltiplo fará ainda assim parte do Uno” (MORIN, 2011, p.77). Ou seja, segundo a lógica desse operador, tanto o conhecimento da sociedade está na informação arquivística, quanto a informação arquivística está no conhecimento da sociedade.

Conforme Morin (2011) o que causa o erro na formação de um sistema de ideias é o modo de organização de nosso saber, por isso, acreditamos que a Arquivologia pode amadurecer seus pressupostos epistemológicos através de uma reforma na organização de seu conhecimento, e que o pensamento complexo pode apresentar uma nova maneira de conceber essa questão. Desse modo, consideramos pertinente a opinião de Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.214):

[...] temos de encarar a Arquivística como a ciência que estuda a dimensão sistêmica do arquivo. Quer isto dizer que o arquivo não pode mais ser pensado como entidade dual ou como a mera ligação extrínseca de duas coisas distintas – a estrutura orgânica e a função serviço/uso. Estamos, afinal perante factores básicos e indissociáveis, através dos quais o arquivo emerge, sistêmico, do fenômeno da informação e pode dizer-se que ele mergulha fundas raízes na própria ação humana centrada na sociedade geradora aí da fenomenalidade informacional [...].

No entanto, acreditamos que as bases que conduzem a uma visão sistêmica de arquivo devem estar ligadas as bases do pensamento complexo, pois cremos que, com isso, possibilitar-se-á mudar a visão de mundo dos arquivistas, ampliando as bases teóricas e epistemológicas da Arquivologia. Nesse sentido, para Carvalho (2006), o “tetragrama organizacional”, cujo é composto pela “ordem (regularidade), desordem (desavença, emergência), interação (não previstas) e reorganização (para onde o sistema vai)”, aliadas aos três operadores, tudo simultaneamente, constitui as bases do pensamento complexo.

O pensamento simplificador traz a intenção de eliminar o erro e a incerteza, como, por exemplo, no caso do neopositivismo de Carnap (1980, *apud* ARAÚJO, 2012), o qual não via cientificidade nas ciências humanas porque elas não executavam testes empíricos e, por sua vez, os teste empíricos é que demonstrariam a certeza. Desse modo, poderíamos considerar tal sistema de ideias que busca conceitos últimos como um sistema de conhecimento fechado. Entretanto, Khun (1998) demonstrou que as revoluções científicas acontecem a partir da ruptura do sistema fechado de ideias da ciência normal. Nessa perspectiva, Morin (2011, p.47) defende que esta visão evolutiva (por paradigmas) trata-se de “[...] superação de um sistema e constituição de um metassistema, por sua vez ele próprio superável [...]”. Assim, Morin (2011, p.47) observa que na ideia de Khun há um conceito importante e que se relaciona com o pensamento complexo é o conceito de “auto-organização”.

Desse modo, sob o ângulo do “tetragrama organizacional” as teorias que compõem um paradigma passam pelas seguintes etapas: uma ordem teórica e conceitual; depois se deparam com “anomalias” que as fazem romper com essa ordem; então há uma interação com outros conceitos e teorias e, por fim, ocorre uma reorganização, que define a adoção de um novo paradigma. Nesse sentido, percebemos que o padrão de organização dos paradigmas é a auto-organização, onde deve estar presente a noção de flexibilidade através de aberturas sistêmicas, como explica Morin (2011, p.47):

[...] longe de tentar uma unificação rígida, podemos garantir uma conexão flexível, mas indispensável, entre abertura sistêmica e brecha gödeliana, incerteza empírica e indecidibilidade teórica, abertura física/termodinâmica e abertura epistêmica/teórica.

Nesse horizonte, acreditamos que a Arquivologia não deve estruturar o seu conhecimento sob uma base rígida, buscando capturar a “verdade” e a “certeza” em seu arcabouço teórico fechado. Importante, portanto, compreender o caráter fluídico dos paradigmas, de modo que se perceba que o sistema de conhecimento da Arquivologia deve estar pautado pela concepção de uma ótica aberta, multidimensional e complementar. Nesse sentido, o entrelaçamento da teoria arquivística com os pressupostos do paradigma da complexidade pode ser um dos caminhos para o alcance de tal objetivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade da reflexão epistemológica da produção do conhecimento na Arquivologia coloca novas proposições e abre possibilidades de fugir de perspectivas redutoras que aprisionam os meios de inovação do conhecimento neste campo de estudo, o qual exige novos delineamentos para pensar a área. Isso está aliado à necessidade de reflexão e

questionamentos das bases teóricas e epistemológicas nas quais está assentado o conhecimento arquivístico, bem como a incorporação de elementos intersubjetivos que compõem a construção do conhecimento.

No transcorrer de seu desenvolvimento o domínio da Arquivologia foi rotulado como uma atividade estritamente técnica, longe de ser considerada, por muitos autores, uma área que possui um viés abstrativo atuante para o entendimento dos fenômenos, da natureza, do homem e de seu conhecimento, os quais estão compreendidos no conhecimento científico. Mas, considerando que a face da Arquivologia está relacionada ao fenômeno informacional (o qual decorre da complexidade da existência humana, e que o conhecimento é polivalente e possui em seu arcabouço âmbito ontológico, epistemológico, psicológico, social, cultural e histórico, por exemplo), há que se resgatar a sua identidade complexa e ampliar sua percepção do “objeto-mundo” (JOVCHELOVITCH, 2004, p.22).

O autoentendimento da Arquivologia em um contexto ecossistêmico e plural, primando por uma pensar reflexivo, em contraposição ao organicismo administrativo-institucional e às lógicas segmentadoras, que não permitem a inferência do cunho humano da informação arquivística inserido, simultaneamente, em uma perspectiva administrativa, jurídica, histórica, social e cultural, não ocorrerá da noite para o dia. Acreditamos que essa readequação do sistema de ideias da Arquivologia deve iniciar pelo ajuste de percepção acerca de nossas multiplicidades, enquanto “*homo complexus*” (MORIN, 2003).

Nessa vista, entendemos que os elementos que constituem os objetos de estudo da Arquivologia (instituição, informação arquivística, conhecimento, indivíduos, sociedade) devam ser vistos como interligados, aproximando-se da ideia do organizacionismo de Morin (2011). Assim, deslocando o sentido das observações que enfatizam os elementos, para o espaço de conectividade entre eles, torna-se mais fácil compreender a complexidade da teia que configura suas inter-relações.

Nesse sentido, por exemplo, ao refletirmos sobre a produção do conhecimento pela informação arquivística, podemos, em vez de focar nas definições de informação e conhecimento, procurar visualizar o espaço compreendido entre esses elementos. Dessa maneira, acreditamos que seja possível compreender a informação não como um mero conjunto de símbolos ou signos e o conhecimento não como produto de um processo que utiliza a “substância” informação como matéria prima concreta para formulá-lo. Mas, por outro lado, poder-se-ia compreender o caráter plástico da informação como um veículo que tanto produz como é produzida pelo conhecimento.

A presença da incerteza nas teorias e paradigmas da Arquivologia é de grande valia para o desenvolvimento de seu *corpus* teórico. Nesse sentido, consideramos muito importante

a existência de dúvidas e lacunas em sua rede de conceitos, pois elas são fundamentais para o progresso de suas ideias. Tal noção precisa ser absorvida pela Arquivologia de modo que não haja a propensão em solidificar suas bases teóricas, de modo fechado, mas em maleabilizar os pilares de seu sistema de conhecimento (mantendo as respectivas aberturas), de maneira que essa área esteja pronta para conviver com o novo e com a incerteza.

As mais diversas formas de categorização presentes nas correntes de raciocínio arquivístico explicitadas (visão historicista, *records management* e Arquivística tradicional, por exemplo), bem como a classificação da informação, não devem ficar coibidas a uma classificação lógica do mundo, alocada no conhecimento arquivístico. Ao contrário, assim como a intenção que tivemos neste trabalho, é preciso que haja transversalidade por meio da construção de metapontos de vista sobre a informação e sobre o conhecimento arquivístico. Isso implica em manter padrões de comunicação inter e transdisciplinares horizontais, que possam constituir contextos intersubjetivos embasados pela simetria e transmissão polidirecional do saber. Nessa perspectiva, acreditamos que a constância de tais padrões de comunicação no sistema de conhecimento arquivístico possibilitarão, aliados ao pensamento complexo, a sua abertura.

Estudar o conhecimento implica em reconhecer a seu caráter fluídico, sua variabilidade e sua ambivalência. Isso demanda o discernimento de que as relações socioculturais embasam a constituição do saber por meio do sistema representacional. Nesse sentido, o pensamento complexo tanto pode ajudar a entender as interconexões da forma representacional como encadeá-la ao saber arquivístico, considerando-se que o âmbito “híbrido” do conhecimento (JOVCHELOVITCH, 2004) evidencia sua pluralidade, complementaridade e multidimensionalidade. Portanto, o conhecimento da Arquivologia, vez que possui relação dialógica, recursiva e hologramática com a sociedade, deve estar ciente da possibilidade de coexistência de inúmeras formas de saber em seu universo teórico.

Contudo, poderia surgir a opinião de que a ideia da complexidade pode deturpar o espírito arquivístico. Afinal de contas, se tudo se complementa, está relacionado e faz parte um do outro, então todo tipo de informação é arquivística, todas as disciplinas são ciências e todas as teorias são incertas. Sendo assim, sublinhamos que a questão não é acreditar que unindo todos os elementos algo se tornará complexo, mas ter a faculdade de discernir que a complexidade pode existir sem perder sua singularidade.

Reformar o sistema de pensamento da Arquivologia significa ampliar a visão de mundo desta área, resgatando sua identidade complexa. Essa perspectiva pode assistir o conhecimento arquivístico a enfrentar os desafios decorrentes das transformações sociais que emergem de uma cultura digital, por exemplo, onde a informação arquivística deve ser vista

sobre dimensão sistêmica e, acima de tudo, complexa. Acreditamos que é por esse caminho a Arquivologia poderá evoluir sem perder de vista a sua responsabilidade social.

Por fim, o cerne deste artigo não foi indicar os locais onde é possível encontrar a complexidade na Arquivologia, mas refletir sobre a potencialidade do pensamento complexo e sua relação com o conhecimento da Arquivologia, visando não encerrar um conceito ou agregar mais um pressuposto ao conjunto de teorias existentes, mas, considerando a perspectiva baconiana (2010, *apud* ARAÚJO, 2012), porém, de modo complementar e não excludente, enxergar além dos ídolos da tribo, da caverna, do mercado e do teatro e, assim, auxiliar e instigar esse campo de estudo e a comunidade arquivística (incluindo-nos nesta) a continuar buscando as suas próprias respostas.

Referências

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A ciência da informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 36, n. 3, dez. 2007. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652007000300002>>. Acesso em: 15 set. 2012.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Curso de teoria do conhecimento e epistemologia**. Barueri, SP: Minha Editora, 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutengerg a Diderot**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BURNS, Edward Mcnall. **História da civilização ocidental: do homem da caverna até a bomba atômica**. Tradução de Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. 3. ed. 5ª impressão. Porto Alegre: Globo, 1975.

CARVALHO, Edgard de Assis. Série “Grandes Educadores” – Edgar Morin. Site Youtube. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=sonyeGOKUQk>>. Acesso em 17 nov. 2012.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro, 2005. Site do Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www.portal.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2012.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GARCIA, Olga Maria Correa; JUNIOR, Victor Francisco Schuch. A aplicação da arquivística integrada, considerando os descobrimentos do processo a partir da classificação. **Informação & Informação**, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/45113712/Arquivisticaintegrada>>. Acesso em 17 nov. 2012.

JOCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, vol. 16, nº 2, 2004. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822004000200004>>. Acesso em 17 nov. 2012.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectivas, 1998. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/89954356/A-estrutura-das-revolucoes-cientificas-Thomas-S-Kuhn>>. Acesso em 17 nov. 2012.

LOPES, Luis Carlos. **A imagem e a sombra da arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: UFSCar, 1996.

MARIOTTI, Humberto. **Os cinco saberes do pensamento complexo**: pontos de encontro entre as obras de Edgar Morin, Fernando Pessoa e outros escritores. São Paulo: 2002. Site Comitê paulista para a década da cultura de Paz (Programa da UNESCO). Disponível em: http://www.comitepaz.org.br/Mariotti1_1.htm. Acesso em 25 nov. 2012.

_____. **A complexidade e o pensamento complexo**: texto introdutório. São Paulo: 2000. Site Geocities. Disponível em: <http://www.geocities.com/pluriversu/introduct.html>. Acesso em 25 nov. 2012.

31

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**. São Paulo: Ática, 1996.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **O método**: ética. Porto Alegre: Sulina, 2005. Capítulo I: Ciência, ética e sociedade, p.69 – 79.

_____. **O método**: ética. Porto Alegre: Sulina, 2005. Capítulo IV: A ética do pensamento, p.60 – 66.

_____; MOIGNE, Jean-Luis Le. **A inteligência da complexidade**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série nova consciência)

RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís; RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armando Malheiro da. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. 2.ed. Volume 1. Porto Alegre: Edições de Afrontamento, 2002.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação**: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico. Porto, 2005.

_____. **Do pergaminho ao digital**: os arquivos e o acesso global à informação. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Porto, 2007 (Artigo Científico).